

Senhores Acionistas,  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da SAMA S.A. - MINERAÇÕES ASSOCIADAS referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

**Mineral Crisotila**

Em 2011, a SAMA, vendeu 296,7 mil toneladas de mineral crisotila, uma redução de 3,2% em relação ao ano anterior. As vendas no mercado interno atingiram 162,5 mil toneladas, representando um recuo de 0,6% na comparação entre os anos de 2011 e 2010, exportações tiveram um volume de 134,2 mil toneladas, apresentando um recuo de 6,0% na comparação com o ano anterior em função, da demanda do mercado interno. Estrategicamente, a Companhia prioriza o abastecimento para o mercado interno e exporta o excedente. No final de 2011, a SAMA possuía 15% do mercado mundial de minério crisotila.

As exportações são destinadas em sua maior parte aos seguintes países: Índia, Tailândia, Indonésia, Colômbia, México, Emirados Árabes, Malásia, China, Sri-Lanka, Bolívia, Equador, Nigéria, Filipinas, Angola, Vietnã, Gana, Zimbábue, Peru e Estados Unidos.

Na área de Recursos Humanos, deu-se continuidade ao programa de benefícios aos colaboradores da sociedade, concedendo a cesta básica, assistência médica, odontológica, incentivos permanentes à prevenção de acidentes e saúde ocupacional. Ocorrem, ainda com grande intensidade, atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoal.

A transparência e equidade são dois dos principais alicerces de sustentabilidade dos negócios da SAMA. Nesse sentido, a Companhia mantém um programa Portas Abertas, (que já recebeu mais de 11.295 visitantes em oito anos de existência), é signatária do Pacto Global da ONU, possui as certificações ISO 9.001 de gestão de qualidade, ISO 14.001 de gestão ambiental e OHSAS 18.001 de gestão de saúde e segurança ocupacional, PSQ-USC - Programa Setorial de Qualidade do Uso seguro do Crisotila.

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**
**Receita Líquida**

A SAMA registrou receita líquida de vendas de R\$ 304,0 milhões em 2011, uma redução de 2% em relação a 2010. No mercado interno, a receita líquida apresentou crescimento de 0,8% em relação a 2010 e totalizou R\$ 203,6 milhões. O crescimento da receita líquida no mercado interno é decorrente do comportamento dos preços e do maior volume de vendas de Amianto Crisotila. A receita líquida proveniente de exportações somou R\$ 100,4 milhões, um recuo de 9,8% em relação a 2010, devido à retração do consumo mundial, absorvida pelo mercado interno.

**Lucro Líquido**

A SAMA registrou um lucro líquido de R\$ 48,2 milhões em 2011, uma redução de 11,1% em relação a 2010, principalmente pelos fatores comentados acima. Do lucro líquido do exercício, R\$ 4,8 milhões foram destinados para Reserva Legal e Estatutária e R\$ 43,4 milhões foram destinados ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

**INVESTIMENTOS**

Os investimentos somaram R\$ 9,7 milhões em 2011, uma redução de 37,3% em relação ao ano anterior, cuja finalidade, foi a manutenção da capacidade produtiva da planta industrial, com ênfase no controle ambiental e produção.

O Resultado do exercício constante das Demonstrações Financeiras decorreu dos esforços contínuos de redução de custos, através de aperfeiçoamento dos métodos de gestão interna da sociedade.

**MINERAL CRISOTILA OU AMIANTO CRISOTILA**
**Questão Jurídica**

**A Companhia esclarece que a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do Mineral Crisotila e dos produtos que o contêm é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.** A competência para legislar é da União, conforme preceitos constitucionais.

Neste sentido, em passado recente, Leis contrárias ao amianto aprovadas e sancionadas pelos Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo foram consideradas inconstitucionais pelo STF - Supremo Tribunal Federal. Recentemente, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul também decidiu pela inconstitucionalidade de Lei de mesmo teor, que havia sido aprovada e sancionada pelo Estado, por invadir competência federal.

Apesar desta decisão do STF, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Mato Grosso aprovaram e sancionaram leis com a finalidade de proibir o uso de amianto e dos produtos que o contêm. Com exceção do Mato Grosso, publicada recentemente e ainda não regulamentada, estas Leis estão sendo questionadas no STF, através de Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Atualmente, estão suspensas por força de liminares as leis dos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. No que diz respeito, a Lei do Estado de São Paulo, a Companhia esclarece que no dia 04 de junho de 2008, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) apenas revogou a liminar concedida em 20 de dezembro de 2007 contra a Lei paulista, pendente, portanto, de julgamento do mérito.

Além disso, tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo, o projeto de Lei nº 917/2009, que visa suspender os efeitos da atual Lei criando regras de transição para sua aplicação. O projeto já recebeu emendas e está pronto para ser votado. Por fim, é importante destacar que o mérito das ações citadas ainda não foi julgado, o que as colocam sub-judice e, portanto, a proibição ainda não é definitiva. No entanto, devemos aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que até o presente momento não se manifestou.

No dia 29 de setembro de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), julgou favoravelmente o pedido de liminar em que a Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística questiona, através da ADPF 234/11, a Lei Estadual nº 12.684/2007, que proíbe o transporte do amianto crisotila e de produtos que contêm o mineral no Estado de São Paulo.

Com isso, as empresas de cargas e logística podem voltar a trafegar pelas rodovias do Estado de São Paulo, transportando o amianto crisotila e produtos que o contêm quando destinados a outro Estado da Federação, bem como para exportação.

**Pesquisa Científica**

Foi Concluída uma importante pesquisa no Brasil conduzida por médicos ligados a universidades de renome, brasileiras e do exterior, cujo objetivo, conforme projeto coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, é responder como está a saúde da população que utiliza telhas de fibrocimento de trabalhadores de mineração.

O resultado da pesquisa, divulgado em 25 de novembro de 2010, comprova que, em relação às avaliações da amostra dos moradores estudados, não foram encontradas alterações clínicas, funcionais respiratórias e tomográficas de alta resolução passíveis de atribuição à inalação ambiental a fibras de asbesto.

Na avaliação ocupacional, não se identificou novas alterações nem progressão do comprometimento pleural ou intestinal nos indivíduos do grupo exposto após 1980, que fizeram tomografia computadorizada de Alta resolução - TCAR nos dois estudos. A íntegra desta pesquisa está disponível em <http://www.sectec.go.gov.br>.

**Pesquisa FGV**

Por solicitação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, a Fundação Getúlio Vargas - FGV realizou uma pesquisa sobre o papel dos produtos de amianto na cadeia da construção civil. Este trabalho tem como objetivo dimensionar a importância dos produtos da cadeia produtiva de Amianto Crisotila na construção civil, tanto na sua dimensão de renda e emprego como em seu papel na estrutura concorrencial e na formação de preços do setor. A íntegra desta pesquisa encontra-se disponível no site da Eternit.

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS**
**Prêmios**

A Companhia conquistou durante o ano de 2011 os seguintes prêmios, consolidando a cada dia a força de sua marca. Confira abaixo a relação dos prêmios conquistados pela SAMA em 2011:

**Ambiental:**

- Prêmio Internacional Sócio Ambiental Chico Mendes;
- Primeiro lugar em melhores Práticas de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, pela Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH.

**Social:**

- Primeiro lugar em melhores Práticas de Gestão de Pessoas, pela Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH;
- Primeiro lugar na Prática de Celebrar, pela revista Época;
- Primeiro lugar em Gestão de Pessoas para empresa de Grande Porte;
- Quarta melhor empresa de pequeno e médio porte para se trabalhar no Brasil, pela Revista Época;
- Primeiro lugar (Rubens Relá Filho) em empresário destaque de RH, pelo 14º Top Of Mind Estadão de RH.

**Econômico:**

- Terceira empresa para se trabalhar no Centro Oeste, pela revista Great Place To Work;
- Quarta melhor empresa em Gestão de Pessoas, pela revista Valor Econômico.

**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos nossos clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da SAMA em 2011; e confiamos no comprometimento e dedicação constante como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

Minaçu, 30 de abril de 2012.

**A Diretoria**

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais - R\$)**

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10			31/12/11	31/12/10		
<b>Circulantes</b>						<b>Circulantes</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.981	8.690	13.178	10.752	Fornecedores	11	9.955	9.221	9.955	9.221
Contas a receber	5	63.766	55.788	63.766	55.788	Empréstimos e financiamentos	12	36.354	19.419	36.354	19.419
Estoques	6	23.269	17.570	23.269	17.570	Provisões e encargos sociais	13	10.122	12.609	10.122	12.609
Impostos a recuperar	7	393	399	446	455	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(16.b e c)	13.922	12.550	13.922	12.550
Partes relacionadas	(9.a)	8.665	8.512	8.665	8.512	Impostos, taxas e contribuições a recolher	14	8.554	15.196	8.556	15.200
Demais contas a receber		1.975	1.715	1.978	1.718	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(15.d)	1.320	1.191	1.320	1.191
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>109.049</b>	<b>92.674</b>	<b>111.302</b>	<b>94.795</b>	Demais contas a pagar		3.543	3.863	3.543	3.875
						<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>83.770</b>	<b>74.049</b>	<b>83.772</b>	<b>74.065</b>
<b>Não circulantes</b>						<b>Não circulantes</b>					
Depósitos judiciais e incentivos fiscais		3.342	2.608	3.571	2.843	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(15.d)	6.817	7.284	6.817	7.284
Impostos a recuperar	7	518	476	518	476	Provisão para riscos	18	21.937	16.092	21.939	16.094
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.b)	14.688	12.915	14.688	12.915	Remonte da mina	26	2.773	2.505	2.773	2.505
Partes relacionadas	(9.a)	25.440	23.177	25.440	23.177	Receitas antecipadas		227	696	228	696
Demais contas a receber		1.400	6.330	1.400	6.330						
Investimento em controlada	8	2.532	2.380	-	-	<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>31.754</b>	<b>26.577</b>	<b>31.757</b>	<b>26.579</b>
Imobilizado	10	47.204	44.202	47.238	44.244	<b>Patrimônio líquido</b>					
Intangível	10	1.446	1.143	1.467	1.143	Capital social	(16.a)	65.100	65.100	65.100	65.100
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>96.570</b>	<b>93.231</b>	<b>94.322</b>	<b>91.128</b>	Reserva de capital		345	342	345	303
						Reservas de lucros		24.650	19.837	24.650	19.876
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>205.619</b>	<b>185.905</b>	<b>205.624</b>	<b>185.923</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>90.095</b>	<b>85.279</b>	<b>90.095</b>	<b>85.279</b>
						<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>205.619</b>	<b>185.905</b>	<b>205.624</b>	<b>185.923</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto os valores por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital Subvenção para investimentos	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Estatutária	Legal	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2010</b>		<b>65.100</b>	<b>342</b>	<b>7.025</b>	<b>7.025</b>	<b>374</b>	-	<b>79.866</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	54.213	54.213
Destinação do lucro líquido:								
Apropriação para reservas		-	-	2.711	2.711	(9)	(5.413)	-
Dividendos - R\$ 1,263 por ação em circulação		-	-	-	-	-	(44.026)	(44.026)
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,192 por ação em circulação		-	-	-	-	-	(4.774)	(4.774)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>65.100</b>	<b>342</b>	<b>9.736</b>	<b>9.736</b>	<b>365</b>	-	<b>85.279</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	48.233	48.233
Destinação do lucro líquido:								
Apropriação para reservas		-	11	2.414	2.414	(23)	(4.816)	-
Dividendos - R\$ 1,10 por ação em circulação	(16.b)	-	-	-	-	-	(38.364)	(38.364)
Juros sobre o capital próprio - R\$ 1,045 por ação em circulação	(16.c)	-	-	-	-	-	(5.053)	(5.053)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>65.100</b>	<b>353</b>	<b>12.150</b>	<b>12.150</b>	<b>342</b>	-	<b>90.095</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receita operacional líquida	20	304.035	310.039	304.035	310.039
Custos dos produtos vendidos	21	(159.616)	(149.093)	(159.616)	(149.093)
<b>Lucro bruto</b>		<b>144.419</b>	<b>160.946</b>	<b>144.419</b>	<b>160.946</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas com vendas	21	(29.481)	(34.255)	(29.481)	(34.255)
Gerais e administrativas	21	(35.663)	(38.668)	(35.707)	(38.697)
Remuneração da Administração	(9.b)	(2.260)	(2.693)	(2.260)	(2.693)
Despesas financeiras	23	(25.440)	(22.788)	(25.440)	(22.788)
Receitas financeiras	23	25.333	21.135	25.576	21.323
Outras despesas operacionais, líquidas	22	(6.843)	(1.056)	(6.843)	(1.038)
Resultado da equivalência patrimonial	8	152	135	-	-
		<b>(74.202)</b>	<b>(78.190)</b>	<b>(74.155)</b>	<b>(78.148)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>70.217</b>	<b>82.756</b>	<b>70.264</b>	<b>82.798</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Correntes	(17.a)	(24.348)	(30.699)	(24.395)	(30.741)
Diferidos	(17.a)	2.364	2.156	2.364	2.156
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>48.233</b>	<b>54.213</b>	<b>48.233</b>	<b>54.213</b>

Nota: Não há outros resultados abrangentes no exercício corrente e no exercício anterior a serem apresentados.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

## 1. Contexto Operacional

A Sama S.A. - Minerações Associadas ("Companhia"), incorporada no Brasil, na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, constituída em 10 de agosto de 1966, é uma companhia de capital fechado, sendo sua controladora a Eternit S.A., uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3.

A Companhia tem como objeto social a pesquisa e lavra de jazidas e minas, podendo, ainda, explorar outros produtos minerais, o comércio em geral e, especialmente, a compra e venda de produtos agrícolas, pastoris, minerais e metais ferrosos e não ferrosos; a produção de energia hidroelétrica, promovendo o seu aproveitamento, assim como o de quedas d'água a que tenha ou que venha a ter direito, usando e vendendo energia que produzir; e o gerenciamento e a disposição de resíduos de fibrocimento, podendo, igualmente, participar em outras sociedades.

A Companhia está capacitada com tecnologias que permitem a polivalência na extração e no beneficiamento do minério crisotila, o qual é comercializado para os mercados interno e externo. As reservas de minério crisotila são suficientes para uma produção, nos níveis atuais, de aproximadamente 30,3 anos.

## 2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

## 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Companhia, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da Companhia, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

## 2.2. Bases de consolidação e investimentos em controlada

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro líquido do exercício		48.233	54.213	48.233	54.213
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	8	(152)	(135)	-	-
Depreciação e amortização	10	3.959	7.335	4.213	7.259
Resultado na baixa de ativos permanentes		(133)	(1.541)	(133)	(1.541)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	300	-	300
Provisão para riscos	18	5.845	6.903	5.845	6.903
Reversão de perdas diversas		-	121	-	233
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		560	(728)	560	(733)
Rendimento de aplicações financeiras		(531)	(454)	(531)	(454)
Realização de despesas antecipadas		-	429	-	429
Realização de receitas antecipadas		-	(157)	-	(157)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.b)	(2.364)	(2.156)	(2.364)	(2.156)
		<b>55.417</b>	<b>64.130</b>	<b>55.823</b>	<b>64.296</b>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		8.805	(6.371)	8.805	(6.579)
Estoques		(5.700)	(131)	(5.700)	(264)
Impostos a recuperar		(38)	1	(37)	(19)
Juros recebidos		3.035	2.814	3.035	2.814
Depósitos judiciais		(729)	(1.133)	(729)	(1.133)
Outros ativos		(3.642)	(8.212)	(3.642)	(8.474)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		115	3.065	115	3.085
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(6.653)	31.134	(6.655)	23.812
Provisões e encargos sociais		2.475	2.075	2.475	2.075
Pagamento de riscos trabalhistas, cíveis e fiscais		(325)	(337)	(325)	(337)
Outros passivos		2.934	1.923	2.762	3.820
Caixa gerado pelas atividades operacionais		55.694	88.958	55.877	83.096
Juros pagos		(594)	(752)	(594)	(752)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(23.251)	(25.725)	(23.299)	(20.310)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		31.849	62.481	31.984	62.034
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Recebimento pela venda de imobilizado		152	-	152	-
Adições ao ativo imobilizado e intangível	10	(9.227)	(14.061)	(9.227)	(14.061)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(9.075)	(14.061)	(9.075)	(14.061)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros		143.938	123.445	143.938	124.029
Amortização de empréstimos e financiamentos		(121.004)	(133.266)	(121.004)	(133.266)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(43.417)	(43.505)	(43.417)	(43.505)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(20.483)	(53.326)	(20.483)	(52.742)
<b>Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.291</b>	<b>(4.906)</b>	<b>2.426</b>	<b>(4.769)</b>
No início do exercício	4	8.690	13.596	10.752	15.521
No fim do exercício	4	10.981	8.690	13.178	10.752
<b>Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.291</b>	<b>(4.906)</b>	<b>2.426</b>	<b>(4.769)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e sua controlada são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

## 2.3. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

**2.3.1. Venda de produtos**

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

**2.3.2. Receita de juros**

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

**2.4. Moeda estrangeira**

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

**2.5. Custos de empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

**2.6. Custos de aposentadoria**

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

**2.7. Tributação**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

**2.7.1. Impostos correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício (vide nota explicativa nº 17).

**2.7.2. Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (vide nota explicativa nº 17).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

**2.8. Imobilizado**

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e, quando aplicável, de perda por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados até que os bens estejam concluídos. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada período de relatório, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

**2.9. Intangível**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

A Companhia não possui ativo intangível gerado internamente.

**2.10. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio**

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

**2.11. Estoques**

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

**2.12. Provisões**

• As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

• A provisão para benefícios futuros a ex-empregados é contabilizada com base em estimativa atuarial, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

• A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação em locais ambientais conhecidos, emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, usa especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, valorizando os gastos com base em cotações de mercado.

**2.13. Ajuste a valor presente**

As contas a receber e a pagar estão ajustadas ao seu valor presente considerando a taxa SELIC como taxa de desconto. A constituição de tais ajustes está registrada como redutora nas contas de origem, e a sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras" na demonstração do resultado.

**2.14. Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

**2.15. Empréstimos e financiamentos**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, isto é, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até o fim de cada período de relatório, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. O método de juros efetivo é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

**2.16. Juros sobre o capital próprio**

São calculados com base no número de ações em circulação nas datas das respectivas deliberações em Reunião de Diretoria e recebem o mesmo tratamento dos dividendos (vide nota explicativa nº 16).

**2.17. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas**

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.
Alterações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.

b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2011. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia:

continua...

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2012.
IAS 28 (Revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (Revisada 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas entidades em que a sociedade possui influência significativa.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach"), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Considerando as atuais operações da Companhia, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

**3. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incerteza nas Estimativas**

Na aplicação das principais práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício ou, também, em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

**Principais fontes de incerteza nas estimativas**

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas no fim de cada período de relatório, as quais podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

**3.1. Vida útil dos bens do imobilizado**

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.8., a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no fim de cada período de relatório. Durante o exercício corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de certos itens de máquinas, equipamentos e edificações deveria ser aumentada, suportada por laudos de avaliação internos e externos, considerando a manutenção preventiva, no decorrer dos próximos exercícios sociais.

**3.2. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração da Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

**3.3. Provisão para riscos**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. A Administração da Companhia acredita que essas provisões para riscos estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

**3.4. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados**

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 15. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Saldos de caixa e conta-corrente bancária	2.254	391	2.260	395
Fundos de investimento	8.727	8.299	10.918	10.357
<b>Total</b>	<b>10.981</b>	<b>8.690</b>	<b>13.178</b>	<b>10.752</b>

No exercício, os fundos de investimento foram remunerados por taxas médias de 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103% em 2010), tendo, basicamente, em sua carteira fundos referenciados - CDI e Renda Fixa. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

**5. Contas a Receber**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Contas a receber de clientes	66.914	58.822
Ajuste a valor presente	(810)	(696)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.338)	(2.338)
<b>Total</b>	<b>63.766</b>	<b>55.788</b>

Composição do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Valores a vencer	59.441	50.731
Valores vencidos:		
Até 30 dias	3.142	3.473
Entre 31 e 60 dias	255	656
Acima de 60 dias	4.076	3.962
<b>Total</b>	<b>66.914</b>	<b>58.822</b>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Saldo inicial	(2.338)	(2.038)
Adição	-	(300)
<b>Saldo final</b>	<b>(2.338)</b>	<b>(2.338)</b>

**6. Estoques**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Produtos acabados	10.862	6.734
Produtos em elaboração	1.553	1.976
Materiais auxiliares	10.854	8.860
<b>Total</b>	<b>23.269</b>	<b>17.570</b>

**7. Impostos a Recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Circulante:				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	387	392	387	392
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	6	5	59	60
Outros	-	2	-	3
<b>Total</b>	<b>393</b>	<b>399</b>	<b>446</b>	<b>455</b>
Não circulante:				
ICMS	518	476	518	476
<b>Total</b>	<b>911</b>	<b>875</b>	<b>964</b>	<b>931</b>

**8. Investimento em Controlada**

A seguir, são apresentados os detalhes da controlada da Companhia no encerramento do exercício:

Controlada	Participação e capital votante detidos - %	
	31/12/11	31/12/10
Engedis Distribuição Ltda. ("Engedis")	99,94	99,94

Resumo das principais informações da controlada:

Controlada	Localização	Atividade principal
Engedis	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica, exceto aluguel, e rendimento de aplicações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação do investimento na controlada, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Em 1º de janeiro de 2010	2.245	<b>Total</b>
Equivalência patrimonial	135	
Em 31 de dezembro de 2010	2.380	
Equivalência patrimonial	152	
Em 31 de dezembro de 2011	2.532	

**9. Partes Relacionadas**

**a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas**

	Controladora e Consolidado 31/12/11	31/12/10
<b>Saldos:</b>		
Ativo circulante:		
Contas a receber: (i)		
Eternit S.A.	8.108	7.173
Precon Goiás Industrial Ltda. ("Precon")	557	1.339
<b>Total</b>	<b>8.665</b>	<b>8.512</b>
Ativo não circulante (mútuo - Eternit S.A.) (ii)	25.440	23.177
Passivo circulante:		
Passivos com partes relacionadas:		
Fornecedores: (iii)		
Dividendos e juros sobre o capital próprio - Eternit S.A.	13.922	12.550
Demais contas a pagar:		
Prel Empreendimentos e Part. S/C Ltda. ("Prel")	8	57
<b>Total</b>	<b>13.930</b>	<b>12.607</b>
	<b>01/01/11 a</b>	<b>01/01/10 a</b>
	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
<b>Transações:</b>		
Vendas:		
Eternit S.A.	80.157	79.987
Precon	11.248	9.246
<b>Total</b>	<b>91.405</b>	<b>89.233</b>
	<b>Controladora</b>	
<b>Despesas:</b>		
Administrativas:		
Prel	669	674
Descontos concedidos:		
Eternit S.A.	3.671	3.368
Precon	388	374
<b>Total</b>	<b>4.059</b>	<b>3.742</b>
<b>Receitas:</b>		
Juros sobre mútuo:		
Eternit S.A.	2.667	2.075
<b>Total</b>	<b>2.667</b>	<b>2.075</b>

**Imobilizado**

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora-de-estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
<b>Custo</b>													
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	560	12.924	35.336	15.526	105.157	4.783	5.965	4.280	2.089	1.847	9.088	4.703	202.258
Adições	-	-	1.634	-	-	-	-	-	-	-	-	11.484	13.118
Baixas	-	(183)	(302)	(846)	(82)	(83)	(2.151)	(70)	(161)	-	-	2.071	(1.807)
Transferências	-	1.744	665	1.343	8.092	141	14	1.095	192	-	4.299	(17.585)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	560	14.485	37.333	16.023	113.167	4.841	3.828	5.305	2.120	1.847	13.387	673	213.569
Adições	-	-	-	-	100	-	-	-	-	-	-	9.127	9.227
Baixas	-	(947)	(1.394)	-	-	(283)	-	(117)	(39)	-	-	-	(2.780)
Transferências	-	-	1.006	337	6.672	249	275	541	131	-	-	(9.211)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	560	13.538	36.945	16.360	119.939	4.807	4.103	5.729	2.212	1.847	13.387	589	220.016
<b>Depreciação</b>													
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	-	(10.675)	(33.055)	(13.731)	(93.634)	(3.140)	(5.948)	(2.759)	(1.743)	(106)	(859)	-	(165.650)
Adições	-	(102)	(2.679)	(256)	(2.459)	(506)	(13)	(307)	(142)	(52)	(628)	-	(7.144)
Baixas	-	46	-	844	83	83	2.152	60	159	-	-	-	3.427
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	-	(10.731)	(35.734)	(13.143)	(96.010)	(3.563)	(3.809)	(3.006)	(1.726)	(158)	(1.487)	-	(169.367)
Adições	-	(59)	1.596	(133)	(3.650)	(424)	(11)	(383)	(146)	(53)	(696)	-	(3.959)
Baixas	-	22	70	-	-	282	-	103	37	-	-	-	514
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	-	(10.768)	(34.068)	(13.276)	(99.660)	(3.705)	(3.820)	(3.286)	(1.835)	(211)	(2.183)	-	(172.812)
<b>Valor residual</b>													
Em 31 de dezembro de 2009	560	2.249	2.281	1.795	11.523	1.643	17	1.521	346	1.741	8.229	4.703	36.608
Em 31 de dezembro de 2010	560	3.754	1.599	2.880	17.157	1.278	19	2.299	394	1.689	11.900	673	44.202
Em 31 de dezembro de 2011	560	2.770	2.877	3.084	20.279	1.102	283	2.443	377	1.636	11.204	589	47.204

**Intangível**

	Controladora	Intangível em andamento	Total
<b>Custo</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.038	-	2.038
Adições	-	943	943
Transferências	943	(943)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.981	-	2.981
Adições	11	616	627
Transferências	616	(616)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<b>3.608</b>	-	<b>3.608</b>
<b>Amortização</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(1.647)	-	(1.647)
Adições	(191)	-	(191)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(1.838)	-	(1.838)
Adições	(324)	-	(324)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<b>(2.162)</b>	-	<b>(2.162)</b>
<b>Valor residual</b>			
Em 31 de dezembro de 2009	391	-	391
Em 31 de dezembro de 2010	1.143	-	1.143
Em 31 de dezembro de 2011	1.446	-	1.446

(i) Os saldos a receber referem-se a fornecimentos de matéria-prima (minério crisotila), sendo essas transações usuais e constantes no decorrer dos anos, motivo pelo qual os referidos saldos estão classificados em contas do ativo circulante.

(ii) Os recursos concedidos para sua controladora Eternit S.A., classificados no ativo não circulante, referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem a variação de 100% do CDI e o prazo de amortização de 24 meses, sendo os recursos destinados para fazer face aos investimentos no ativo imobilizado da Companhia.

(iii) Dividendos e juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda retido na fonte a pagar para a controladora.

**b) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

A remuneração dos diretores e das demais pessoas-chave da Administração durante o exercício é a seguinte:

	Controladora e Consolidado 31/12/11	31/12/10
Salários e honorários	853	620
Participação nos lucros	691	639
Gratificação	716	1.434
<b>Total</b>	<b>2.260</b>	<b>2.693</b>

**10. Imobilizado e Intangível**

	Taxa anual de depreciação/amortização - %	Custo	Depreciação/amortização acumulada	Saldo residual	Saldo residual
<b>Imobilizado</b>					
Terrenos	-	560	-	560	560
Edifícios e benfeitorias	2,9	13.538	(10.768)	2.770	3.754
Máquinas e equipamentos	8,6	36.945	(34.068)	2.877	1.599
Máquinas de extração	28,4	16.360	(13.276)	3.084	2.880
Instalações	10,0	119.939	(99.660)	20.279	17.157
Veículos	20,0	4.807	(3.705)	1.102	1.278
Veículos fora-de-estrada	25,0	4.103	(3.820)	283	19
Móveis e utensílios	10,0	5.729	(3.286)	2.443	2.299
Equipamentos de informática	20,0	2.212	(1.835)	377	394
Remonte da mina	2,9	1.847	(211)	1.636	1.689
Recursos minerais	5,3	13.387	(2.183)	11.204	11.900
Imobilizações em andamento	-	589	-	589	673
<b>Total</b>		<b>220.016</b>	<b>(172.812)</b>	<b>47.204</b>	<b>44.202</b>
<b>Intangível</b>					
Softwares	20	3.608	(2.162)	1.446	1.143

Em razão de processos judiciais, a Companhia ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado no valor de custo de R\$ 10.438.

**11. Fornecedores**

	Controladora e Consolidado 31/12/11	31/12/10
Mercado interno	9.977	9.245
Ajuste a valor presente	(22)	(24)
<b>Total</b>	<b>9.955</b>	<b>9.221</b>

**12. Empréstimos e Financiamentos**

	Controladora e Consolidado 31/12/11	31/12/10
Circulante:		
Adiantamento de Contrato de Exportação - ACE (*)	36.354	19.419

(\*) São recursos destinados a alavancar o capital de giro, captados em dólares norte-americanos a uma taxa cambial média de R\$ 1,86 e atualizados pela taxa de R\$ 1,87 em 31 de dezembro de 2011. Taxa de captação - PRIME média de 3,25% ao ano, sendo tais adiantamentos, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias. A Eternit S.A. é avalista de parte das operações de ACE da Companhia.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

## 13. Provisões e Encargos Sociais

	Controladora e Consolidado			
	31/12/10	Adições	Paga-mentos	31/12/11
13º salário	-	2.563	(2.563)	-
Férias	3.362	3.750	(3.871)	3.241
Participação nos lucros e resultados (a)	7.544	6.986	(9.029)	5.501
Salários	-	15.889	(15.889)	-
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	286	2.902	(2.955)	233
Salário-educação	69	637	(653)	53
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	977	9.230	(9.460)	747
Previdência privada (b)	347	2.548	(2.584)	311
Contribuição sindical	24	112	(100)	36
<b>Total</b>	<b>12.609</b>	<b>44.617</b>	<b>(47.104)</b>	<b>10.122</b>

(a) A Companhia concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com a Companhia. A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

Participação nos lucros e resultados	
31/12/11	31/12/10
6.986	9.769

Controladora e consolidado

(b) A Companhia oferece plano de previdência privada para os funcionários, administrado por uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, sem vínculo com a Companhia. O plano é denominado Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, com característica de contribuição definida.

## 14. Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Circulante:				
Tributos sobre os lucros:				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.003	8.428	3.003	8.428
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	392	1.496	394	1.498
Demais tributos:				
ICMS	1.715	1.891	1.715	1.891
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.403	1.388	1.403	1.388
Programa de Integração Social - PIS	304	301	304	301
IRRF	437	502	437	502
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	1.169	1.097	1.169	1.097
Outros	131	93	131	95
<b>Total</b>	<b>8.554</b>	<b>15.196</b>	<b>8.556</b>	<b>15.200</b>

## 15. Provisão para Benefícios Futuros a Ex-Empregados

A Companhia, com base em laudo atuarial para a data-base 31 de dezembro de 2011, preparado por empresa especializada independente, contabilizou uma provisão para fazer a face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados.

## a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Taxa anual de juro atuarial real	5,6%	6,2%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	1,0%	1,5%
Taxa anual de inflação projetada	5,2%	4,5%
Tabua de mortalidade geral	GAM83	GAM83

## b) Avaliação atuarial

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Número de participantes	217	220
Valor presente das obrigações no início do exercício	9.426	9.720
Juros sobre a obrigação atuarial	977	932
Gastos realizados no exercício	(1.446)	(1.226)
Valor presente das obrigações no fim do exercício	8.957	9.426

## c) Amortização dos ganhos atuariais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Perdas atuariais não reconhecidas	1.035	2.663
Corredor - 10% do valor presente das obrigações	(896)	(943)
Serviço médico futuro esperado (em anos)	15,42	16,42

## d) Conciliação contábil do passivo

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Saldo contábil no início do exercício	8.475	8.733
Gastos realizados no exercício	(1.446)	(1.226)
Complemento de provisão e juros no exercício	1.108	968
<b>Total</b>	<b>8.137</b>	<b>8.475</b>
Circulante	1.320	1.191
Não Circulante	6.817	7.284
<b>Total</b>	<b>8.137</b>	<b>8.475</b>

## 16. Patrimônio Líquido

## a) Capital social

O capital social da Companhia está totalmente integralizado, no valor de R\$ 65.100, representado por 34.847.445 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

## b) Dividendos

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária de 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o lucro remanescente das reservas de lucros será totalmente distribuído aos acionistas.

O Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários.

Os dividendos pagos ou propostos durante o exercício foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
AGE de 27/03/11	31/05/11	6.691	0,192
AGE de 30/06/11	29/07/11	2.904	0,223
AGE de 30/06/11	30/08/11	4.867	0,223
AGE de 29/09/11	31/10/11	4.934	0,287
AGE de 29/09/11	30/11/11	6.113	0,287
AGE de 30/12/11	29/02/12	2.000	0,368
AGE de 30/12/11	30/03/12	5.000	0,368
AGE de 30/12/11	30/04/12	5.855	0,368
<b>Total</b>		<b>38.364</b>	

## c) Juros sobre o capital próprio

A direção da Companhia poderá deliberar distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente.

Os juros sobre o capital próprio pagos durante o exercício foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
AGE de 27/03/11	30/04/11	1.255	0,036
AGE de 30/06/11	30/07/11	1.289	0,037
AGE de 29/09/11	29/10/11	1.255	0,036
AGE de 30/12/11	31/01/12	1.254	0,036
<b>Total</b>		<b>5.053</b>	

## 17. Imposto de Renda e Contribuição Social

## a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social é conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	70.217	82.756	70.264	82.798
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	(23.874)	(28.137)	(23.890)	(28.151)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva decorrentes de diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	52	46	52	46
Juros sobre o capital próprio	1.718	1.623	1.718	1.623
Doações e brindes	(303)	(1.179)	(303)	(1.179)
Outros	423	(896)	392	(924)
Despesa do exercício	(21.984)	(28.543)	(22.031)	(28.585)
IRPJ e CSLL correntes	(24.348)	(30.699)	(24.395)	(30.741)
IRPJ e CSLL diferidos	2.364	2.156	2.364	2.156
<b>Despesa do exercício</b>	<b>(21.984)</b>	<b>(28.543)</b>	<b>(22.031)</b>	<b>(28.585)</b>

## b) Composição do ativo fiscal diferido

Os créditos fiscais diferidos, apresentados no ativo não circulante, referem-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Benefícios futuros a ex-empregados	2.490	2.604
Provisão para riscos	7.459	5.472
Provisão para perdas no recebimento de créditos	2.994	2.994
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.447	1.411
Outras provisões	298	434
<b>Total</b>	<b>14.688</b>	<b>12.915</b>

## c) Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
2012		1.896
2013		449
2014		449
2015 a 2021		11.894
<b>Total</b>		<b>14.688</b>

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2011, pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais a Companhia não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido da Companhia e a despesa do imposto de renda e da contribuição social.

## 18. Provisão para Riscos

A Companhia possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A provisão para riscos foi constituída para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, com base na análise individual dos respectivos processos feita pelos consultores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Processos trabalhistas	6.780	6.511	6.782	6.513
Processos cíveis e tributários	15.157	9.581	15.157	9.581
<b>Total</b>	<b>21.937</b>	<b>16.092</b>	<b>21.939</b>	<b>16.094</b>



## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, CDI e taxas prefixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

A Administração da Companhia entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na TJLP nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Ativo:				
Aplicações financeiras	8.727	8.299	10.918	10.357
Passivo:				
ACE	(36.354)	(19.419)	(36.354)	(19.419)
<b>Total</b>	<b>(27.627)</b>	<b>(11.120)</b>	<b>(25.436)</b>	<b>(9.062)</b>

**d) Análise de sensibilidade**

O saldo a receber pelas exportações será totalmente liquidado em até 90 dias. A partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1,8751 por US\$1,00), foram estimados quais seriam os ajustes das contas a receber, ACE, comissões e fretes a pagar para três cenários de dólar norte-americano em relação à taxa de 31 de dezembro de 2011.

Considerando o comportamento das variações do câmbio para as datas e os cenários mencionados, a Administração estima que a Companhia incorra nos seguintes resultados com seus impactos nas demonstrações financeiras:

Cenário	Varição - %	Valorização - R\$	Desvalorização - R\$	Ganhos ou perdas - R\$
Provável	2	1,9126	1,8376	135
Possível	25	2,3439	1,4063	1.693
Remoto	50	2,8127	0,9376	3.385

**e) Risco de crédito**

As vendas da Companhia são efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.

A Companhia está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras sediadas no Brasil.

**f) Valor justo dos instrumentos financeiros**

A Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos:

	Controladora			
	31/12/11		31/12/10	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Contas a receber	63.766	63.766	55.788	55.788
Partes relacionadas	34.105	34.105	31.689	31.689
Ao valor justo por meio do resultado	1.389	1.389	1.389	1.389
<b>Total</b>	<b>99.260</b>	<b>99.260</b>	<b>88.866</b>	<b>88.866</b>

**Passivos financeiros:**

Mantidos ao custo amortizado:

Fornecedores	9.955	9.955	9.221	9.221
Empréstimos e financiamentos	36.354	36.354	19.419	19.419
Partes relacionadas	13.929	13.929	12.607	12.607
<b>Total</b>	<b>60.238</b>	<b>60.238</b>	<b>41.247</b>	<b>41.247</b>

**26. Ambiente e Recursos Minerais (Controladora)****Ambiente**

A indústria de mineração no Brasil está sujeita aos controles governamentais para impedir os riscos potenciais ao meio ambiente, resultante da extração mineral.

Conforme o Decreto nº 97.632/89, é exigida a implementação de projetos de mineração, detalhando o programa de recuperação ambiental e o impacto ao meio ambiente. A Companhia segue o PRAD, homologado pelas autoridades brasileiras e com cronograma para recuperação da área na qual a mina está localizada, após a exaustão dos recursos minerais.

De acordo com o PRAD, a Companhia está apta para extrair e processar o minério crisotila. Segundo o projeto inicial, a extração e o processamento do minério crisotila devem cessar no ano 2042, quando será colocado em prática o projeto para demolições, indenizações e recuperação da área degradada.

No fim de cada período de relatório, a Companhia registra a obrigação com a recuperação ambiental, na mesma proporção da extração do minério crisotila, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

Taxa de desconto	9,08% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,50% a.a.

**Valor presente dos desembolsos esperados**

Ano	31/12/11	31/12/10
2042	1.002	905
2043	889	803
2044	477	429
2045 a 2049	405	368
<b>Total</b>	<b>2.773</b>	<b>2.505</b>

Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2042 e 2049.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina em 2011 foi de R\$ 268 (R\$ 242 em 2010), calculado com base na produção atual de minério crisotila.

**Recursos minerais**

As informações sobre os recursos minerais (asbesto de crisotila), que são explorados e transformados pela Companhia, são conforme segue:

	31/12/11	31/12/10
Recursos minerais	8.767.212 t	9.073.532 t
Produção anual	306.320 t	302.257 t
Vida útil estimada da mina	30,3 anos	30,0 anos

**27. Aprovação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelos acionistas em 30 de abril de 2012.

**Diretoria**

Élio Antonio Martins  
Rubens Rela Filho

Ailton Rodrigues Alves

**Contador**  
CRC-GO 014951

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Acionistas e Administradores da

**SAMA S.A. - Minerações Associadas**

Minaçu - GO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sama S.A. - Minerações Associadas ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financing Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a

eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sama S.A. - Minerações Associadas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Sama S.A. - Minerações Associadas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

São Paulo, 30 de abril de 2012

**Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**

CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Reynaldo Awad Saad**

Contador

CRC nº 1 SP 215056/O-1 S/GO

**Deloitte.**

**Relatório da Diretoria de 2011**

Senhores Acionistas,  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da SAMA S.A. - MINERAÇÕES ASSOCIADAS referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

**Mineral Crisotila**

Em 2011, a SAMA, vendeu 296,7 mil toneladas de mineral crisotila, uma redução de 3,2% em relação ao ano anterior. As vendas no mercado interno atingiram 162,5 mil toneladas, representando um recuo de 0,6% na comparação entre os anos de 2011 e 2010, exportações tiveram um volume de 134,2 mil toneladas, apresentando um recuo de 6,0% na comparação com o ano anterior em função da demanda do mercado interno. Estrategicamente, a Companhia prioriza o abastecimento para o mercado interno e exporta o excedente. No final de 2011, a SAMA possuía 15% do mercado mundial de minério crisotila.

As exportações são destinadas em sua maior parte aos seguintes países: Índia, Tailândia, Indonésia, Colômbia, México, Emirados Árabes, Malásia, China, Sri-Lanka, Bolívia, Equador, Nigéria, Filipinas, Angola, Vietnã, Gana, Zimbábue, Peru e Estados Unidos. Na área de Recursos Humanos, deu-se continuidade ao programa de benefícios aos colaboradores da sociedade, concedendo a cesta básica, assistência médica, odontológica, incentivos permanentes à prevenção de acidentes e saúde ocupacional. Ocorrer, ainda com grande intensidade, atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoal.

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**Receita Líquida**

A SAMA registrou receita líquida de vendas de R\$ 304,0 milhões em 2011, uma redução de 2% em relação a 2010. No mercado interno, a receita líquida apresentou crescimento de 0,8% em relação a 2010 e totalizou R\$ 203,8 milhões. O crescimento da receita líquida no mercado interno é decorrente do comportamento dos preços e do maior volume de vendas de Amianto Crisotila. A receita líquida proveniente de exportações somou R\$ 100,4 milhões, um recuo

de 9,8% em relação a 2010, devido à retração do consumo mundial, absorvida pelo mercado interno.

**Lucro Líquido**

A SAMA registrou um lucro líquido de R\$ 48,2 milhões em 2011, uma redução de 11,1% em relação a 2010, principalmente pelos fatores comentados acima. Do lucro líquido do exercício, R\$ 4,8 milhões foram destinados para Reserva Legal e Estatutária e R\$ 43,4 milhões foram destinados ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

**INVESTIMENTOS**

Os investimentos somaram R\$ 9,7 milhões em 2011, uma redução de 37,3% em relação ao ano anterior, cuja finalidade, foi a manutenção da capacidade produtiva da planta industrial, com ênfase no controle ambiental e produção. O Resultado do exercício constante das Demonstrações Financeiras decorreu dos esforços contínuos de redução de custos, através de aperfeiçoamento dos métodos de gestão interna da sociedade.

**MINERAL CRISOTILA OU AMIANTO CRISOTILA**

**Questão Jurídica**

A Companhia esclarece que a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do Mineral Crisotila e dos produtos que o contêm são regulamentadas pela Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. A competência para legislar é da União, conforme preceitos constitucionais. Neste sentido, em passado recente, Leis contrárias ao amianto aprovadas e sancionadas pelos Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo foram consideradas inconstitucionais pelo STF - Supremo Tribunal Federal. Recentemente, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul também decidiu pela inconstitucionalidade de Lei de mesmo teor, que havia sido aprovada e sancionada pelo Estado, por invadir competência federal. Apesar desta decisão do STF, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Mato Grosso aprovaram e sancionaram leis com a finalidade de proibir o uso de amianto e dos produtos que o contêm. Com exceção do Mato Grosso, publicada recentemente e ainda não regulamentada, estas Leis estão sendo questionadas no STF, através de Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Atualmente, estão suspensas por força de liminares as leis dos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. No que diz respeito,

a Lei do Estado de São Paulo, a Companhia esclarece que no dia 04 de junho de 2008, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) apenas revogou a liminar concedida em 20 de dezembro de 2007 contra a Lei paulista, pendente, portanto, de julgamento do mérito. Além disso, tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo, o projeto de Lei nº 917/2009, que visa suspender os efeitos da atual Lei criando regras de transição para sua aplicação. O projeto já recebeu emendas e está pronto para ser votado. Por fim, é importante destacar que o mérito das ações citadas ainda não foi julgado, o que as colocam sub-judice e, portanto, a proibição ainda não é definitiva. No entanto, devemos aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que até o presente momento não se manifestou.

No dia 29 de setembro de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), julgou favoravelmente o pedido de liminar em que a Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística questiona, através da ADPF 234/11, a Lei Estadual nº 12.684/2007, que proíbe o transporte do amianto crisotila e de produtos que contêm o mineral no Estado de São Paulo.

Com isso, as empresas de cargas e logística podem voltar a trafegar pelas rodovias do Estado de São Paulo, transportando o amianto crisotila e produtos que o contêm quando destinados a outro Estado da Federação, bem como para exportação.

**Pesquisa Científica**

Foi Concluída uma importante pesquisa no Brasil conduzida por médicos ligados a universidades de renome, brasileiras e do exterior, cujo objetivo, conforme projeto coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, é responder como está a saúde da população que utiliza telhas de fibrocimento de trabalhadores de mineração. O resultado da pesquisa, divulgado em 25 de novembro de 2010, comprova que, em relação às avaliações da amostra dos moradores estudados, não foram encontradas alterações clínicas, funcionais respiratórias e tomográficas de alta resolução passíveis de atribuição à inalação ambiental a fibras de asbesto. Na avaliação ocupacional, não se identificou novas alterações nem progressão do comprometimento pleural ou intestinal nos indivíduos do grupo exposto após 1980, que fizeram tomografia computadorizada de Alta resolução - TCAR nos dois estudos. A integra desta pesquisa está disponível em <http://www.sectec.go.gov.br>.

**Pesquisa FGV**

Por solicitação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, a Fundação Getúlio Vargas - FGV realizou uma

pesquisa sobre o papel dos produtos de amianto na cadeia da construção civil. Este trabalho tem como objetivo dimensionar a importância dos produtos da cadeia produtiva de Amianto Crisotila na construção civil, tanto na sua dimensão de renda e emprego como em seu papel na estrutura concorrencial e na formação de preços do setor. A íntegra desta pesquisa encontra-se disponível no site da Eternit.

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

**Prêmios**

A Companhia conquistou durante o ano de 2011 os seguintes prêmios, consolidando a cada dia a força de sua marca. Confira abaixo a relação dos prêmios conquistados pela SAMA em 2011:

**Ambiental:**

- Prêmio Internacional Sócio Ambiental Chico Mendes;
- Primeiro lugar em melhores Práticas de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, pela Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH.

**Social:**

- Primeiro lugar em melhores Práticas de Gestão de Pessoas, pela Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH;
- Primeiro lugar na Prática de Celebrar, pela revista Época;
- Primeiro lugar em Gestão de Pessoas para empresa de Grande Porte;
- Quarta melhor empresa de pequeno e médio porte para se trabalhar no Brasil, pela Revista Época;
- Primeiro lugar (Rubens Reli Filho) em empresário destaque de RH, pelo 14º Top Of Mind Estadão de RH.

**Econômico:**

- Terceira empresa para se trabalhar no Centro Oeste, pela revista Great Place To Work;
- Quarta melhor empresa em Gestão de Pessoas, pela revista Valor Econômico.

**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos nossos clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da SAMA em 2011; e confiamos no comprometimento e dedicação constante como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

Minaçu, 30 de abril de 2012.

**A Diretoria**

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais - R\$)					
ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>Circulantes</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.981	8.690	13.178	10.752
Contas a receber	5	63.766	55.788	63.766	55.788
Estoques	6	23.269	17.570	23.269	17.570
Impostos a recuperar	7	393	399	446	455
Partes relacionadas	(9.a)	8.665	8.512	8.665	8.512
Demais contas a receber		1.975	1.715	1.978	1.718
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>109.049</b>	<b>92.674</b>	<b>111.302</b>	<b>94.795</b>
<b>Não circulantes</b>					
Depósitos judiciais e incentivos fiscais					
Impostos a recuperar	7	518	476	518	476
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.b)	14.688	12.915	14.688	12.915
Partes relacionadas	(9.a)	25.440	23.177	25.440	23.177
Demais contas a receber		1.400	6.330	1.400	6.330
Investimento em controlada	8	2.532	2.380	2.532	2.380
Imobilizado	10	47.204	44.202	47.238	44.244
Intangível	10	1.446	1.143	1.467	1.143
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>96.570</b>	<b>93.231</b>	<b>94.322</b>	<b>91.128</b>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>205.619</b>	<b>185.905</b>	<b>205.624</b>	<b>185.923</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais - R\$)						
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	
Receita operacional líquida		20	304.035	310.039	304.035	310.039
Custos dos produtos vendidos	21	(159.616)	(149.093)	(159.616)	(149.093)	
<b>Lucro bruto</b>		<b>144.419</b>	<b>160.946</b>	<b>144.419</b>	<b>160.946</b>	
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>						
Despesas com vendas	21	(29.481)	(34.255)	(29.481)	(34.255)	
Gerais e administrativas	21	(35.663)	(38.668)	(35.707)	(38.697)	
Remuneração da Administração	(9.b)	(2.260)	(2.693)	(2.260)	(2.693)	
Despesas financeiras	23	(25.440)	(22.788)	(25.440)	(22.788)	
Receitas financeiras	23	25.333	21.135	25.576	21.323	
Outras despesas operacionais, líquidas	22	(6.843)	(1.056)	(6.843)	(1.038)	
Resultado da equivalência patrimonial	8	152	135	152	135	
<b>Líquido antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(74.202)</b>	<b>(78.190)</b>	<b>(74.155)</b>	<b>(78.148)</b>	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>70.217</b>	<b>82.756</b>	<b>70.264</b>	<b>82.798</b>	
Correntes	(17.a)	(24.348)	(30.699)	(24.395)	(30.741)	
Diferidos	(17.a)	2.364	2.156	2.364	2.156	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>48.233</b>	<b>54.213</b>	<b>48.233</b>	<b>54.213</b>	

Nota: Não há outros resultados abrangentes no exercício corrente e no exercício anterior a serem apresentados.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais - R\$)					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro líquido do exercício		48.233	54.213	48.233	54.213
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	8	(152)	(135)	-	-
Depreciação e amortização	10	3.959	7.335	4.213	7.259
Resultado na baixa de ativos permanentes		(133)	(1.541)	(133)	(1.541)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	300	-	300
Provisão para riscos	18	5.845	6.903	5.845	6.903
Reversão de perdas diversas		-	121	-	233
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		560	(728)	560	(733)
Rendimento de aplicações financeiras	(531)	(454)	(531)	(454)	(454)
Realização de despesas antecipadas		-	429	-	429
Realização de receitas antecipadas		-	(157)	-	(157)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.b)	(2.364)	(2.156)	(2.364)	(2.156)
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>		<b>55.417</b>	<b>64.130</b>	<b>55.823</b>	<b>64.296</b>
Contas a receber		8.805	(6.371)	8.805	(6.579)
Estoques		(5.700)	(131)	(5.700)	(264)
Impostos a recuperar		(38)	1	(87)	(19)
Juros recebidos		3.035	2.814	3.035	2.814
Depósitos judiciais		(729)	(1.133)	(729)	(1.133)
Outros ativos		(3.642)	(8.212)	(3.642)	(8.474)
<b>(Aumento) redução nos passivos operacionais:</b>					
Fornecedores		115	3.065	115	3.085
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(6.653)	31.134	(6.655)	23.812
Provisões e encargos sociais		2.475	2.075	2.475	2.075
Pagamento de riscos trabalhistas, cíveis e fiscais		(325)	(337)	(325)	(337)
Outros passivos		2.934	1.923	2.762	3.820
Caixa gerado pelas atividades operacionais		55.694	88.958	55.877	83.096
Juros pagos		(594)	(752)	(594)	(752)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(23.251)	(25.725)	(23.299)	(20.310)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<b>31.849</b>	<b>62.481</b>	<b>31.984</b>	<b>62.034</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Recebimento pela venda de imobilizado		152	-	152	-
Aplicação de ativo imobilizado e intangível	10	(9.227)	(14.061)	(9.227)	(14.061)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<b>(9.075)</b>	<b>(14.061)</b>	<b>(9.075)</b>	<b>(14.061)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros		143.938	123.445	143.938	124.029
Amortização de empréstimos e financiamentos		(121.004)	(133.266)	(121.004)	(133.266)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(43.417)	(43.505)	(43.417)	(43.505)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<b>(20.483)</b>	<b>(53.326)</b>	<b>(20.483)</b>	<b>(52.742)</b>
<b>Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.291</b>	<b>(4.906)</b>	<b>2.426</b>	<b>(4.769)</b>
No início do exercício	4	8.690	13.596	10.752	15.521
No fim do exercício	4	10.981	8.690	13.178	10.752
<b>Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.291</b>	<b>(4.906)</b>	<b>2.426</b>	<b>(4.769)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

**2.15. Empréstimos e financiamentos**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, isto é, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até o fim de cada período de relatório, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. O método de juros efetivo é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

**2.16. Juros sobre o capital próprio**

São calculados com base no número de ações em circulação nas datas das respectivas deliberações em Reunião de Diretoria e recebem o mesmo tratamento dos dividendos (vide nota explicativa nº 16).

**2.17. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas**

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.
Alterações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.

b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2011. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Continua...

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto os valores por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Subvenção para investimentos	Estatutária	Legal	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2010</b>		<b>65.100</b>	<b>342</b>	<b>7.025</b>	<b>7.025</b>	<b>374</b>	<b>79.866</b>	<b>54.213</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	54.213
Destinação do lucro líquido:								
Apropriação para reservas		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos - R\$ 1,263 por ação em circulação		-	-	2.711	2.711	(9)	(5.413)	(44.026)
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,192 por ação em circulação		-	-					

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)**

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2012.
IAS 28 (Revisada em 2011) Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (Revisada 2011) Demonstrações Financeiras Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expandiu os requerimentos de divulgação de investimentos nas entidades em que a sociedade possui influência significativa.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 19 Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach"), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Considerando as atuais operações da Companhia, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

**3. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incerteza nas Estimativas**  
 Na aplicação das principais práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício ou, também, em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

**Principais fontes de incerteza nas estimativas**  
 A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas no fim de cada período de relatório, as quais podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

**3.1. Vida útil dos bens do imobilizado**

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.8., a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no fim de cada período de relatório. Durante o exercício corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de certos itens de máquinas, equipamentos e edificações deveria ser aumentada, suportada por laudos de avaliação internos e externos, considerando a manutenção preventiva, no decorrer dos próximos exercícios sociais.

**3.2. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração da Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

**3.3. Provisão para riscos**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. A Administração da Companhia acredita que essas provisões para riscos estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

**3.4. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados**

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 15. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Saldos de caixa e conta-corrente bancária	2.254	391	2.260	395
Fundos de investimento	8.727	8.299	10.918	10.357
<b>Total</b>	<b>10.981</b>	<b>8.690</b>	<b>13.178</b>	<b>10.752</b>

No exercício, os fundos de investimento foram remunerados por taxas médias de 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103% em 2010), tendo, basicamente, em sua carteira fundos referenciados - CDI e Renda Fixa. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente convertíveis em dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

**5. Contas a Receber**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Contas a receber de clientes	66.914	58.822
Ajuste a valor presente	(810)	(696)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.338)	(2.338)
<b>Total</b>	<b>63.766</b>	<b>55.788</b>

Composição do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Valores a vencer	59.441	50.731
Valores vencidos:		
Até 30 dias	3.142	3.473
Entre 31 e 60 dias	255	656
Acima de 60 dias	4.076	3.962
<b>Total</b>	<b>66.914</b>	<b>58.822</b>

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Saldo inicial	(2.338)	(2.338)
Adição	(300)	(300)
<b>Saldo final</b>	<b>(2.338)</b>	<b>(2.338)</b>

**6. Estoques**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Produtos acabados	10.862	6.734
Produtos em elaboração	1.553	1.976
Materiais auxiliares	10.854	8.860
<b>Total</b>	<b>23.269</b>	<b>17.570</b>

**7. Impostos a Recuperar**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Circulante:		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	387	392
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	6	59
Outros	2	60
<b>Total</b>	<b>393</b>	<b>399</b>
Não circulante:		
ICMS	518	476
<b>Total</b>	<b>911</b>	<b>875</b>

**8. Investimento em Controlada**

A seguir, são apresentados os detalhes da controlada da Companhia no encerramento do exercício:

	Participação e capital votante detidos - %	
	31/12/11	31/12/10
<b>Controlada</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Engedris Distribuição Ltda. ("Engedris")	99,94	99,94

Resumo das principais informações da controlada:

Controlada	Localização	Atividade principal
Engedris	Minajão/GO	Não possui atividade econômica, exceto aluguel, e rendimento de aplicações financeiras.

A movimentação do investimento na controlada, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	Total
Em 1º de janeiro de 2010	2.245
Equivalência patrimonial	135
Em 31 de dezembro de 2010	2.380
Equivalência patrimonial	152
Em 31 de dezembro de 2011	<b>2.532</b>

**9. Partes Relacionadas**
**a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10

Saldos:  
 Ativo circulante:  
 Contas a receber: (i)  
 Eternit S.A. 8.108 7.173  
 Precon Goiás Industrial Ltda. ("Precon") 557 1.339  
**8.665 8.512**  
 Ativo não circulante (mútuo - Eternit S.A.) (ii) 25.440 23.177

Passivo circulante:  
 Passivos com partes relacionadas:  
 Fornecedores: (iii)  
 Dividendos e juros sobre o capital próprio - Eternit S.A. 13.922 12.550  
 Demais contas a pagar:  
 Prel Empreendimentos e Part. S/C Ltda. ("Prel") 8 57  
**13.930 12.607**

**Total**  
**13.930 12.607**  
**01/01/11 a 31/12/11 01/01/10 a 31/12/10**

Transações:  
 Vendas:  
 Eternit S.A. 80.157 79.987  
 Precon 11.248 9.246  
**91.405 89.233**  
**Controladora**

Despesas:  
 Administrativas:  
 Prel 669 674  
 Descontos concedidos:  
 Eternit S.A. 3.671 3.368  
 Precon 388 374  
**4.059 3.742**

Recitas:  
 Juros sobre mútuo:  
 Eternit S.A. 2.667 2.075  
**Total**  
**2.667 2.075**

**Imobilizado**

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora-de-estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
--	----------	--------------------------	-------------------------	----------------------	-------------	----------	--------------------------	---------------------	-----------------------------	-----------------	-------------------	----------------------------	-------

Custo  
**Saldo em 31 de dezembro de 2009**  
 Adições - 1.634 (846) (82) (83) (2.151) (70) (161) - - -  
 Baixas (183) (302) (1.343) 8.092 141 14 1.095 192 - - 4.299 (17.585) -  
 Transferências 1.744 665 1.006 337 6.672 249 275 541 131 - - - (9.211) -  
**Saldo em 31 de dezembro de 2010**  
 Adições - (947) (1.394) - 100 - - - - - - - - 9.127 9.227  
 Baixas (947) (1.394) - - - (283) - (117) (39) - - - - (2.780) -  
 Transferências - - 1.006 337 6.672 249 275 541 131 - - - (9.211) -  
**Saldo em 31 de dezembro de 2011**  
 Adições - (10.675) (33.055) (13.731) (93.634) (3.140) (5.948) (2.759) (1.743) (106) (859) - (165.650) -  
 Baixas (102) (2.679) (844) 83 83 2.152 60 159 - (52) (628) - (7.144) -  
 Transferências 46 - - 844 83 83 2.152 60 159 - - - - 3.427

**Saldo em 31 de dezembro de 2010**  
 Adições - (10.731) (35.734) (13.143) (96.010) (3.563) (3.809) (3.006) (1.726) (158) (1.487) - (169.367) -  
 Baixas (59) 1.596 (133) (3.650) (424) (11) (383) (146) (53) (696) - (3.959) -  
 Baixas 22 70 - - - 282 - 103 37 - - - - 514

**Saldo em 31 de dezembro de 2011**  
 Adições - (10.768) (34.068) (13.276) (99.660) (3.705) (3.820) (3.286) (1.835) (211) (2.183) - (172.814) -  
 Baixas (10.768) (34.068) (13.276) (99.660) (3.705) (3.820) (3.286) (1.835) (211) (2.183) - (172.814) -

Valor residual  
 Em 31 de dezembro de 2009 560 2.249 2.281 1.795 11.523 1643 17 1.521 346 1.741 8.229 4.703 36.608  
 Em 31 de dezembro de 2010 560 3.754 1.599 2.880 17.157 1.278 19 2.299 394 1.689 11.900 673 44.202  
 Em 31 de dezembro de 2011 560 2.770 2.877 3.084 20.279 1.102 283 2.443 377 1.636 11.204 589 47.204

**Intangível**

	Controladora
	Intangível em andamento
Custo	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.038
Adições	943
Baixas	(943)
Transferências	2.981
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.981
Adições	11
Baixas	(616)
Transferências	616
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<b>3.608</b>

**Amortização**  
 Saldo em 31 de dezembro de 2009 (1.647) - (1.647)  
 Adições (191) - (191)  
 Saldo em 31 de dezembro de 2010 (1.838) - (1.838)  
 Adições (324) - (324)  
 Saldo em 31 de dezembro de 2011 (2.162) - (2.162)

**Valor residual**  
 Em 31 de dezembro de 2009 391 - 391  
 Em 31 de dezembro de 2010 1.143 - 1.143  
 Em 31 de dezembro de 2011 1.446 - 1.446

Em razão de processos judiciais, a Companhia ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado no valor de custo de R\$ 10.438.

**11. Fornecedores**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10

Mercado interno 9.977 9.245  
 Ajuste a valor presente (22) (24)  
**Total**  
**9.955 9.221**

**12. Empréstimos e Financiamentos**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10

Circulante:  
 Adiantamento de Contrato de Exportação - ACE (\*) 36.354 19.419  
 (\*) São recursos destinados a avançar o capital de giro, captados em dólares norte-americanos a uma taxa cambial média de R\$ 1,86 e atualizados pela taxa de R\$ 1,87 em 31 de dezembro de 2011. Taxa de captação - PRIME média de 3,25% ao ano, sendo tais adiantamentos, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias. A Eternit S.A. é avaliada de parte das operações de ACE da Companhia.

**13. Provisões e Encargos Sociais**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10

13º salário - 2.563 (2.563)  
 Férias 3.362 3.750 (3.871) 3.241  
 Participação nos lucros e resultados (a) 7.544 6.986 (9.029) 5.501  
 Salários - 15.889 (15.889) -

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS 286 2.902 (2.955) 233  
 Salário-educação 69 637 (653) 53  
 Instituto Nacional do Seguro Social - INSS 977 9.230 (9.460) 747  
 Previdência privada (b) 347 2.548 (2.584) 311  
 Contribuição sindical 24 112 (100) 36  
**Total**  
**12.609 44.617 (47.104) 10.122**

(a) A Companhia concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com a Companhia. A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10

Participação nos lucros e resultados  
 6.986 9.769

Controladora e consolidado  
 (b) A Companhia oferece plano de previdência privada para os funcionários, administrado por uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, sem vínculo com a Companhia. O plano é denominado Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, com característica de contribuição definida.

**14. Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher**

	Controladora	Consolidado
	31/12/11	31/12/10

Circulante:  
 Tributos sobre os lucros:  
 Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ 3.003 8.428 3.003 8.428  
 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 392 1.496 394 1.498

Demais tributos:  
 ICMS 1.715 1.891 1.715 1.891  
 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS 1.403 1.388 1.403 1.388  
 Programa de Integração Social - PIS 304 301 304 301  
 IRRF 437 502 437 502

Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM 1.169 1.097 1.169 1.097  
 Outros 131 93 131 95  
**Total**  
**8.554 15.196 8.556 15.200**

**15. Provisão para Benefícios Futuros a Ex-Empregados**

A Companhia, com base em laudo atuarial para a data-base 31 de dezembro de 2011, preparado por empresa especializada independente, contabilizou uma provisão para fazer a face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados.

**a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10

Taxa anual de juro atuarial real 5,8% 6,2%  
 Taxa anual real de evolução dos custos médicos 1,0% 1,5%  
 Taxa anual de inflação projetada 5,2% 4,5%  
 Tabua de mortalidade geral GAM83 GAM83

**b) Avaliação atuarial**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10

Número de participantes 217 220  
 Valor presente das obrigações no início do exercício 9.426 9.720  
 Juros sobre a obrigação atuarial 977 932  
 Gastos realizados no exercício (1.446) (1.226)  
 Valor presente das obrigações no fim do exercício 8.957 9.426

**c) Amortização dos ganhos atuariais**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10

Perdas atuariais não reconhecidas 1.035 2.663  
 Corretor - 10% do valor presente das obrigações (896) (943)  
 Serviço médico futuro esperado (em anos) 15,42 16,42

(i) Os sal

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010** (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação na provisão para riscos é apresentada a seguir:

	Controladora			31/12/11
	31/12/10	Adições	Reversões	
Processos trabalhistas	6.511	600	(331)	6.780
Processos cíveis e tributários	9.581	8.739	(3.163)	15.157
<b>Total</b>	<b>16.092</b>	<b>9.339</b>	<b>(3.494)</b>	<b>21.937</b>

	Consolidado			31/12/11
	31/12/10	Adições	Reversões	
Processos trabalhistas	6.513	600	(331)	6.782
Processos cíveis e tributários	9.581	8.739	(3.163)	15.157
<b>Total</b>	<b>16.094</b>	<b>9.339</b>	<b>(3.494)</b>	<b>21.939</b>

A Companhia efetua, quando necessário, depósitos judiciais não vinculados à provisão para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

A provisão para riscos trabalhistas refere-se a ações indenizatórias, acidente de trabalho e reclamações trabalhistas, consideradas pelos consultores jurídicos como perda provável.

Em 31 de dezembro 2011, a Companhia mantém em andamento ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, na Comarca de Vitória da Conquista, cujas avaliações dos consultores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível, no montante de R\$ 389 (R\$ 600 em 2010); portanto, não foi registrada nenhuma provisão para essas reclamações trabalhistas e processos cíveis, tributários e administrativos.

Na mesma data, a Companhia mantém em andamento uma ação de improbidade administrativa em que se discutiam questões relacionadas à CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.

Também possuía uma ação civil pública e uma ação popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 existiam outras reclamações trabalhistas, processos cíveis, tributários e administrativos contra a Companhia, para os quais os consultores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível, no montante de R\$ 389 (R\$ 600 em 2010); portanto, não foi registrada nenhuma provisão para essas reclamações trabalhistas e processos cíveis, tributários e administrativos.

**19. Plano de Suplementação de Aposentadoria**

A Companhia mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade financeira devidamente autorizada. O plano foi contratado com o objetivo principal de suplementar a aposentadoria e pensão dos colaboradores e executivos. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade PGBL, na modalidade de contribuição definida. As contribuições são realizadas pela Companhia e pelos participantes, seguindo percentuais preestabelecidos, de acordo com faixas progressivas de contribuição.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Contribuições efetuadas	1.698	1.500

**20. Receita Operacional Líquida**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Receita bruta de vendas - mercado externo	264.450	262.275
Receita bruta de vendas - mercado interno	103.620	111.268
(-) Ajuste a valor presente	(3.123)	(2.898)
Impostos incidentes sobre as vendas	(60.912)	(60.606)
<b>Total</b>	<b>304.035</b>	<b>310.039</b>

**21. Informações sobre a Natureza das Despesas**

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Custo dos produtos vendidos	(159.616)	(149.093)	(159.616)	(149.093)
Despesas com vendas	(29.481)	(34.255)	(29.481)	(34.255)
Despesas gerais e administrativas	(37.923)	(41.361)	(37.967)	(41.390)
<b>Total</b>	<b>(227.020)</b>	<b>(224.709)</b>	<b>(227.064)</b>	<b>(224.738)</b>
Classificados como:				
Materia-prima consumida	(21.445)	(16.304)	(21.445)	(16.304)
Despesas com pessoal e encargos	(45.039)	(44.405)	(45.039)	(44.405)
Materiais, energia elétrica e serviços	(31.408)	(37.826)	(31.408)	(37.826)
Despesas variáveis de vendas	(26.350)	(30.502)	(26.350)	(30.502)
Depreciação e amortização	(3.959)	(7.099)	(3.959)	(7.099)
Serviços de terceiros	(62.975)	(48.950)	(62.975)	(48.950)
Comissões sobre vendas	(1.195)	(1.033)	(1.195)	(1.033)
Contribuição para entidades de classe	(2.011)	(2.679)	(2.011)	(2.679)
Propaganda e publicidade	(1.619)	(1.934)	(1.619)	(1.934)
Impostos e taxas	(760)	(730)	(760)	(730)
Outras	(30.259)	(33.247)	(30.303)	(33.276)
<b>Total</b>	<b>(227.020)</b>	<b>(224.709)</b>	<b>(227.064)</b>	<b>(224.738)</b>

**22. Outras Despesas Operacionais, Líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Outras receitas operacionais:				
Receitas eventuais	559	5.638	559	5.638
Aluguéis	460	419	481	439
Vendas de bens do imobilizado	152	1.688	152	1.688
Outras vendas	198	200	198	200
<b>Total</b>	<b>1.369</b>	<b>7.945</b>	<b>1.390</b>	<b>7.965</b>
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos	(5.845)	(6.754)	(5.845)	(6.754)
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(977)	(932)	(977)	(932)
Impostos sobre outras vendas	(508)	(510)	(508)	(510)
Custo da baixa do imobilizado	(19)	(147)	(19)	(147)
Outras	(863)	(658)	(884)	(660)
	(8.212)	(9.001)	(8.233)	(9.003)
<b>Total</b>	<b>(6.843)</b>	<b>(1.056)</b>	<b>(6.843)</b>	<b>(1.038)</b>

**23. Receitas (Despesas) Financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Despesas financeiras:				
Varição cambial passiva	(18.788)	(16.871)	(18.788)	(16.871)
Descontos concedidos	(5.753)	(4.991)	(5.753)	(4.991)
Juros passivos	(594)	(752)	(594)	(752)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(177)	(102)	(177)	(102)
Despesas bancárias	(128)	(72)	(128)	(72)
<b>Total</b>	<b>(25.440)</b>	<b>(22.788)</b>	<b>(25.440)</b>	<b>(22.788)</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receitas financeiras:				
Varições cambiais ativas	18.960	15.683	18.960	15.683
Juros ativos recebidos	3.035	2.814	3.035	2.814
Juros sobre mútuo	2.667	2.075	2.667	2.075
Rendimentos de aplicações financeiras	531	454	773	642
Variáveis monetárias ativas	41	13	41	13
Outras	99	96	100	96
<b>Total</b>	<b>25.333</b>	<b>21.135</b>	<b>25.576</b>	<b>21.323</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Ativo:				
Aplicações financeiras	8.727	8.299	10.918	10.357
Passivo:				
ACE	(36.354)	(19.419)	(36.354)	(19.419)
<b>Total</b>	<b>(27.627)</b>	<b>(11.120)</b>	<b>(25.436)</b>	<b>(9.062)</b>

**24. Cobertura de Seguros**

Os seguros mantidos pela Companhia contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos		Valor da cobertura
	Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	
			130.000

**25. Instrumentos Financeiros**

**a) Considerações gerais**

A Companhia contrata operações financeiras envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e contratos de câmbio.

A administração e a gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Companhia, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

**(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo no fim de cada período de relatório, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

**(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva.

**(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (1) empréstimos e recebíveis; (2) investimentos mantidos até o vencimento; ou (3) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

**(iv) Empréstimos e recebíveis**

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após o fim de cada período de relatório, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

**(i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

São classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

**(ii) Outros passivos financeiros**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e compreendem saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

**Aplicações financeiras**

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração elege as instituições financeiras com as quais as operações podem ser realizadas, além de definir limites quanto aos valores a serem aplicados em cada uma delas.

Na sua totalidade, as aplicações financeiras são denominadas em moeda nacional e são corrigidas pelo CDI pós-fixado.

**Contratos de câmbio**

**(i) Riscos cambiais**

A Companhia realiza operações de contratos de câmbio visando à proteção de sua exposição à variação da cotação de moedas, decorrente das vendas de produtos acabados para o mercado externo.

**(ii) Risco de taxa de juros**

A Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atreladas a taxas pós-fixadas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

**b) Exposição cambial**

Em 31 de dezembro de 2011, os principais grupos de contas atreladas à moeda estrangeira, preponderantemente indexados ao dólar norte-americano, e relacionados à Companhia são conforme segue:

	Controladora e Consolidado		Cotação em 31/12/11 (US\$ 1,00 = R\$)
	31/12/11	31/12/10	
Clientes no mercado exterior (i)	44.184	38.074	1,8751
ACE (ii)	(36.354)	(19.419)	1,8751
Comissões no exterior	(270)	(111)	1,8751
Frete internacionais	(526)	(477)	1,8751
<b>Total</b>	<b>7.034</b>	<b>18.067</b>	

(i) Valores a receber de clientes no exterior pela venda de minério crisotila.

(ii) A Companhia tem como prática descontar os contratos de exportação sempre que a cotação do dólar norte-americano se mostra favorável para esse tipo de operação, minimizando riscos de perdas com a variação cambial.

**c) Exposição à taxa de juros**

O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas prefixadas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, CDI e taxas prefixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sama S.A. - Minerações Associadas em 31 de dezembro de 2011,

A Administração da Companhia entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na TJLP nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Ativo:				
Aplicações financeiras	8.727	8.299	10.918	10.357
Passivo:				
ACE	(36.354)	(19.419)	(36.354)	(19.419)
<b>Total</b>	<b>(27.627)</b>	<b>(11.120)</b>	<b>(25.436)</b>	<b>(9.062)</b>

**d) Análise de sensibilidade**

O saldo a receber pelas exportações será totalmente liquidado em até 90 dias. A partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1,8751 por US\$1,00), foram estimados quais seriam os ajustes das contas a receber, ACE, comissões e fretes a pagar para três cenários de dólar norte-americano em relação à taxa de 31 de dezembro de 2011. Considerando o comportamento das variações do câmbio para as datas e os cenários mencionados, a Administração estima que a Companhia incorra nos seguintes resultados com seus impactos nas demonstrações financeiras:

Cenário	Varição - %	Valorização - R\$	Desvalorização - R\$	Ganhos ou perdas - R\$
Provável	2	1.9126	1.8376	135
Possível	25	2.3439	1.4063	1.693
Risco	50	2.8127	0.9376	3.385

**e) Risco de crédito**

As vendas da Companhia são efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.

A Companhia está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras sediadas no Brasil.

**f) Valor justo dos instrumentos financeiros**

A Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos:

	Controladora			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Contas a receber	63.766	63.766	55.788	55.788
Partes relacionadas	34.105	34.105	31.689	31.689
Ao valor justo por meio do resultado	1.389	1.389	1.389	1.389
<b>Total</b>	<b>99.260</b>	<b>99.260</b>	<b>88.866</b>	<b>88.866</b>
Passivos financeiros:				
Mantidos ao custo amortizado:				
Fornecedores	9.955	9.955	9.221	9.221
Empréstimos e financiamentos	36.354	36.354	19.419	19.419
Partes relacionadas	13.929	13.929	12.607	12.607
<b>Total</b>	<b>60.238</b>	<b>60.238</b>	<b>41.247</b>	<b>41.247</b>

**26. Ambiente e Recursos Minerais (Controladora)**

**Ambiente**